

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT20.012

A RELAÇÃO TRABALHO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) EM TEMPOS DE FLEXIBILIZAÇÃO

Celine Geysa Andrade¹
Marco Aurelio Nunes de Barros²

RESUMO

O artigo discute a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. A pesquisa adotou uma abordagem documental e bibliográfica a partir de uma perspectiva descritiva de caráter qualitativa. O estudo identificou que as relações estabelecidas entre Trabalho, Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no contexto do trabalho flexível ocorrem de diferentes maneiras e implicações, a depender do interesse de cada classe social afetada. Identificou alguns dos processos que precarizam o trabalho e a educação profissional, dentre eles, as formas flexíveis de contratação, a informalidade e a desproteção legislativa. A pesquisa definiu alguns conceitos e processos que permeiam a EPT e que são marcados por dualidades, discutidos e analisados no contexto das formas flexíveis de contratação; apontou ações para a construção de uma visão crítica e emancipatória dos sujeitos, compreendendo a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, e, entendendo o trabalho como princípio educativo, a partir de uma EPT que promova a autonomia da vida humana em um mundo em transformação das relações entre trabalho e os sentidos da educação. O artigo evidencia que os desafios são enormes, diante do contexto social, cultural, econômico e político desfavorável, que tem caminhado para atender interesses hegemônicos vigentes. Contrário a isso, acreditamos que é possível alcançar uma Educação de qualidade, que possibilite autonomia da vida humana e a emancipação dos sujeitos.

Palavras-chave: Trabalho, Educação Profissional, Tecnológica, Flexibilização, Instituto Federal.

1 Mestranda do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT do Instituto Federal de Rondônia - IFRO, andragegeysa@hotmail.com

2 Professor orientador: Dr. em Política Social e Prof. do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT do Instituto Federal de Rondônia - IFRO, marco.barros@ifro.edu.br

INTRODUÇÃO

Na era pós-moderna, a reestruturação produtiva trouxe muitas mudanças ao mundo do trabalho, que estão intimamente relacionadas aos modelos educacionais ofertados à população. Harvey (1992), defende a ideia de que a pós-modernidade resulta em mudanças relacionadas a economia e à produção de conhecimentos. Segundo ele, a pós-modernidade e o pós-modernismo desenvolvem os arranjos urbanos de modo segmentados e efêmeros, que são condições específicas relacionadas às mudanças que ocorrem no interior do sistema capitalista, desde o regime de acumulação e produção fordista para um regime flexível.

Além de reformas trabalhistas que causaram o aumento do desemprego, a flexibilização inserida no sistema global, passou a exigir modelos maleáveis de emprego e ocupação. Segundo Della Fonte (2018), diante desse cenário, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm realizado experimentos nesse campo político-pedagógico, enfrentando desafios e desenvolvendo alternativas, caminhos e estratégias para uma educação integrada, que se dirija para uma “educação do futuro” na direção da emancipação humana.

Uma Educação que promova transformação ampla, com práticas de inclusão social, permitindo que os cidadãos desenvolvam suas potencialidades, capacidades e ingresse no mundo do trabalho.

As tensões que permeiam a formação integral, principalmente, no Ensino Médio, período que antecede a entrada no mundo do trabalho ou na educação superior, são marcadas por diferenças de classes e de possibilidades para manter ou ascender socialmente e estão inseridas na relação entre educação, trabalho e na luta de classes. (MORAIS et al., 2021).

De acordo com Kuenzer (2007), essa distinção que ocorreu no Brasil, se referiu à oferta de escolas para formar o profissional e escolas para inserção na educação superior. A população atendida tinha diferentes origens de classe, nitidamente isso expressava a dualidade mais presente no nível médio, em seu caráter propedêutico reservado para quem financeiramente pudesse cursar o nível superior. Assim, a ciência, a tecnologia, as funções operacionais, técnicas e de gestão foram delimitadas de modo preciso, conforme o modelo taylorista/fordista de organizar o trabalho, promovendo trajetórias educativas diferentes para atender as necessidades de disciplinamento da classe trabalhadora e da classe dirigente.

Sendo assim,

[...] a educação, como instrumento social possibilita a reprodução da ideologia dominante ou o desenvolvimento de uma cultura contra hegemônica, que instrumentalizará o homem para se opor às diferentes formas de opressão e alienação, próprias da sociedade capitalista (MARTINS, 2012, p. 35).

No Brasil, a maioria dos filhos da classe trabalhadora ingressa durante a fase da adolescência no mundo do trabalho, em virtude da desigualdade socioeconômica e, buscando complementar a renda da família e seu sustento próprio, acaba alimentando o exército de reserva e contribuindo para favorecer o Capital, pois quase sempre possui baixa escolaridade e, está praticamente, sem qualificação (MOURA; FILHO; SILVA, 2015).

Dessa forma, pesquisar essa problemática, complexa e contraditória, contribui para ampliar a compreensão sobre Trabalho, Educação Profissional e Tecnológica, flexibilização e as várias relações estabelecidas entre estes aspectos. Este tipo de análise pode também servir de referência a outros estudos que subsidiem a elaboração de políticas educacionais e trabalhistas orientadas à qualidade de vida.

A pesquisa buscou identificar como acontecem as relações trabalho, educação profissional e tecnológica em tempos de flexibilização e teve como objetivos específicos, contextualizar e definir os conceitos que permeiam a educação profissional e tecnológica; identificar no contexto flexibilizado os processos que precarizam tanto o fazer laboral quanto a educação profissional e tecnológica; buscou ainda apontar elementos que promovam condições, necessárias para uma educação que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho, como direito de todos os cidadãos.

Partiu do pressuposto que formar trabalhadores de maneira integral, em suas amplas dimensões, possibilitará a emancipação dos indivíduos e contribuirá para formar sujeitos críticos e conscientes de suas ações na sociedade.

METODOLOGIA

Em termos metodológicos, a pesquisa configura-se como pesquisa documental e bibliográfica, sob uma perspectiva descritiva, numa abordagem qualitativa, sendo realizada a partir da leitura e análises de trabalhos nos registros do banco de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento

de Pessoal de Nível Superior), Scielo (Scientific Eletrônico Library Online), na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), legislações e documentos oficiais, tendo como objeto de estudo analisar como os autores e pesquisadores estão estudando e compreendendo o processo estudado na pesquisa.

Inicialmente, com o intuito de visualizar a produção acadêmica de teses e dissertações, disponibilizamos no quadro um panorama quantitativo dessas publicações e interpretamos as informações contidas nele. Posteriormente, realizamos a revisão da literatura e as contribuições relevantes realizadas a partir dos autores que tratam sobre essa temática, como: Ciavatta, Frigotto, Moura, Della Fonte, Mészáros, Kuenzer, Saviani, Ramos.

A pesquisa bibliográfica, conforme Amaral (2007),

[...] é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa (AMARAL, 2007, p. 1).

Este estudo buscou identificar e debater a relação trabalho, educação profissional e tecnológica em tempos de flexibilização, definindo conceitos que permeiam a educação profissional e tecnológica, identificando no contexto flexibilizado os processos que precarizam o trabalho e a educação profissional e tecnológica, além de apontar elementos que promovam condições necessárias para uma educação que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos os cidadãos.

Por meio das informações obtidas na pesquisa, os dados foram coletados e analisados a partir do levantamento bibliográfico e documental, com a finalidade de ampliar o conhecimento a respeito do tema abordado, buscando alcançar maior veracidade e confiabilidade no resultado final da pesquisa, que poderá servir de referência para outros estudos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realizamos o mapeamento bibliográfico com publicações na área da Educação Profissional e Tecnológica; na Coordenação Superior de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES), nos artigos da Scielo (Scientific Electronic Library Online) e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Quadro 01 – Levantamento bibliográfico referente a temática da pesquisa

Fonte de pesquisa	Modalidade de produções	Quantitativo de publicações	Período das publicações	Filtro
CAPES	Dissertação	18 mestrados profissionais e 2 outros mestrados	2020 a 2023	“trabalho, educação profissional e tecnológica”
	Tese	1		
CAPES	Dissertação	2195 mestrados profissionais e 166 outros mestrados	2020 a 2023	“educação profissional e Tecnológica”
	Tese	2 doutorados profissionais e 73 outros doutorados		
SCIELO	Artigo	21	2020 a 2023	“educação profissional e tecnológica”
BDTD	Dissertação	5	2020 a 2023	“trabalho, educação profissional e tecnológica”
	Tese	2		
BDTD	Dissertação	336	2020 a 2023	“educação profissional e tecnológica”
	Tese	85		

Fonte: autoria própria (2024).

Utilizamos para as buscas, inicialmente, os descritores: “trabalho, educação profissional e tecnológica”, compreendendo que esses descritores tornariam a busca mais fidedigna ao título da pesquisa. Logo em seguida, utilizamos os descritores: “educação profissional e tecnológica”, no intuito de ampliar a pesquisa bibliográfica.

O quadro deixa claro que as produções disponíveis no banco de dados da CAPES e da BDTD foram ampliadas conforme a utilização dos descritores: “educação profissional e tecnológica”, sem utilizar o descritor “trabalho”. A pesquisa na Scielo somente encontrou resultados a partir da busca pelos descritores: “educação profissional e tecnológica”.

Diante do quadro infere-se que a maioria das publicações da CAPES foram de dissertações de mestrados profissionais. No que se refere as teses encontradas na CAPES, a maioria se refere a doutorados acadêmicos.

A busca na BDTD não mostrou qual era a modalidade de produção, assim, apenas podemos constatar que a maioria das publicações foram de dissertações. Ao compararmos as publicações na BDTD a partir dos descritores “trabalho, educação profissional e tecnológica” com as publicações utilizando

os descritores “educação profissional e tecnológica”, percebemos um quantitativo elevado de publicações utilizando a segunda opção de descritores, tanto no que se refere as dissertações, quanto referente as teses.

No quadro, também constatamos que a maioria das produções foram realizadas no ProfEPT e que o campo da educação e do ensino parece não ter se apropriado completamente da EPT. A pesquisa evidencia que os autores dessas publicações pouco refletiram sobre a relação trabalho, educação profissional e tecnológica, ou fizeram isso indiretamente.

O quadro revela algumas das produções teóricas utilizadas nesse estudo como, Frigotto, Moura, Kuenzer e Saviani. Nele, ao utilizamos os descritores “trabalho, educação profissional e tecnológica”, encontramos 21 publicações na CAPES. Dessas, 19 são de dissertações, 1 artigo e 1 tese, no período de 2020 a 2023; 16 foram realizadas nas regiões sudeste e sul do país, correspondendo a mais de 75% do total de publicações. Nas regiões nordeste e centro-oeste foram realizadas 2 produções em cada uma; e, na região norte, apenas 1 produção. Os resultados apresentados na dimensão regional mostram que, mesmo a concentração dos estudos estarem nas regiões sul e sudeste, existem estudos realizados em todas as regiões brasileiras.

Identificou-se que dentre as 21 produções, 15 delas tratam em seus objetivos, de forma direta ou indiretamente, da relação trabalho, educação profissional e tecnológica, o que corresponde a mais de 71% do total. Contudo, observa-se que essa correlação existente ainda é pouco significativa, se considerarmos o conteúdo total de cada uma dessas produções, visto que nelas não constam, exatamente, os conceitos e os processos que permeiam a educação profissional e tecnológica e a sua relação com o trabalho, bem como, pouco revela as evidências sobre as formas flexíveis de contratação, muitas vezes precarizadas, que atende o capitalismo e desapropria o trabalhador.

Utilizando os mesmos descritores “trabalho, educação profissional e tecnológica”, na BDTD, encontramos, apenas, 5 dissertações e 2 teses no período de 2020 a 2023.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A Educação profissional tem sua origem nas escolas de Aprendizes e Artífices e eram voltadas para as classes mais vulneráveis visando o trabalho. Ao longo de décadas surgiram políticas públicas e legislações que defendiam

que o trabalhador não precisava de conteúdo de formação geral e de formação intelectual; a ele era destinado apenas cursos para atividades básicas, enquanto para as elites era ofertado o primeiro grau e o ensino médio propedêutico, que levava ao ensino superior.

Houve uma maior atenção para a educação profissional no início do século XX, alterando seu viés assistencialista focado ao atendimento de órfãos, crianças e adolescentes abandonados, agora, com o objetivo de instruir operários para o trabalho profissional (BRASIL, 2007).

Assim, em 1909, o Presidente Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas “aos pobres e humildes”, e instalou dezenove delas, em 1910, nas várias unidades da Federação. A criação das Escolas de Aprendizes Artífices e do ensino agrícola evidenciou um grande passo ao redirecionamento da educação profissional no país, pois ampliou o seu horizonte de atuação para atender necessidades emergentes dos empreendimentos nos campos da agricultura e da indústria (BRASIL, 2007, p. 11).

No decorrer das duas últimas décadas do século XX, novos processos de produção capitalista surgiram diante da rapidez da empresa flexível, que buscava redefinir os sistemas de formação, usando como base uma nova fase do sistema econômico que exigia processos mais coletivos e que os sujeitos dominassem conteúdos e normas visando resolver novos problemas. (ARAÚJO, 2014).

Nos anos 90, no Brasil, os termos “educação integral”, “omnilateral”, “laica”, “unitária”, “politécnica” ou “tecnológica” e “emancipadora” foram sumindo diante das reformas educacionais realizadas pelo governo, acentuando as convicções de cidadão “polivalente”, “produtivo”, da “empregabilidade” e da “qualidade total” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003). Essa década é marcada por reformas na educação em um contexto de ascensão do neoliberalismo.

Ficaram conhecidos como a Reforma da Educação Profissional, o Decreto nº 2.208/97, o Programa da Educação Profissional (PROEP) e suas ações. A partir disso, os cursos técnicos foram separados de forma obrigatória do ensino médio, agora ofertados de modo concomitante ao ensino médio e de forma sequencial, para quem já concluiu o ensino médio (BRASIL, 2007).

O Decreto n. 2.208/1997 [...], separou obrigatoriamente o EM da EP, produzindo grandes prejuízos a ambos durante o período de sua vigência e, inclusive, após a sua revogação, uma vez que é difícil desconstruir todo o aparato ideológico que fez parte das

reformas educacionais dos anos de 1990, ainda presente nas políticas atuais (MOURA, 2010, p. 881).

A reforma do ensino médio em 2016, nega a formação integral e favorece a pedagogia das competências, pois limita a Educação Profissional, Integrada ao Ensino Médio, a saberes postos, a solução de problemas corriqueiros, com a determinação de um desempenho previamente desejado, fundamentado em expectativas e habilidades, definidas anteriormente por interesses contrários a uma formação completa (MORAIS et al., 2021).

Assim, as políticas educacionais desse período que submeteram o currículo à pedagogia das competências, separaram obrigatoriamente o ensino médio da educação profissional, fortalecendo a natureza instrumental da educação, especificamente no campo da educação profissional (MOURA; FILHO; SILVA, 2015).

Mesmo diante das imposições colocadas pelo capital no mundo, as escolas de formação profissional tiveram inúmeros nomes e passaram por várias mudanças referente aos seus objetivos e fundamentos. Essas mudanças se relacionam com o contexto histórico e socioeconômico do Brasil desses cem anos de trajetória (SOUZA; NETA, 2021).

Um século depois, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como parte das comemorações do centenário do nascimento das Escolas de Aprendizes Artífice conforme a Lei 11.892/2008 de 29 de dezembro de 2008 cria a Rede Federal e conceitua no Artigo 1º as definições: I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná; III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro e de Minas Gerais; IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (BRASIL, 2008). Subsequentemente, em 2012, o Colégio Pedro II.

Ainda em consonância com a Lei 11.892/2008, o seu artigo 2º enfatiza a oferta da educação profissional e tecnológica nas diversas modalidades de ensino, tendo como referência a união de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas práticas tecnológicas, conforme a lei e define os Institutos Federais como instituições de educação superior, básica, profissional, pluricurriculares e multicanal (BRASIL, 2008).

Segundo Moura (2010), acessar aos conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos pela humanidade promove uma opinião crítica sobre os símbolos culturais manifestados socialmente no decorrer da história, a fim de entender as concepções, crises e potencialidades de uma sociedade. Essa

formação integral também contribui para que o homem elabore novos conhecimentos de ciência e tecnologia voltados aos interesses sociais e coletivos. Assim, o sujeito, na relação com o trabalho se produz e se modifica, bem como, em sua relação com outros seres humanos. Diante disso, está distante a perspectiva da formação integral do homem em relação a perspectiva de formação de recursos humanos, para se adaptar às demandas do setor produtivo.

As tensões que permeiam a formação integral, principalmente, no Ensino Médio, período que antecede a entrada no mundo do trabalho ou no ensino superior estão inseridas na relação entre educação, trabalho e luta de classes, marcadas por definições de classes e de possibilidades para manter ou ascender socialmente (MORAIS et al., 2021).

A formação para o trabalho, significa desaproveitar o trabalho alienado, bem como, constatar e se apropriar do desenvolvimento que nele se concretiza. É o discernimento do que e como é produzida nossa vida no sistema capitalista. O interesse está voltado para a tecnologia, pela forma como dominamos o avanço do conhecimento, a maneira de sentir e suas habilidades, resumidas no modo social do trabalho explorado (DELLA FONTE, 2018).

De acordo com Mészáros (2004), fazer os sujeitos viverem de forma positiva à altura das dificuldades sociais historicamente em transformação é o verdadeiro significado da educação. Esses indivíduos também são os que produzem, mesmo diante das adversidades, o sistema educacional norteado para manter acrítica a ordem definida, só sendo compatível com os ideais mais imorais e princípios educacionais.

A educação brasileira é marcada por uma forte dicotomia educativa presente, sobretudo, entre as esferas do Ensino Médio e da Educação Profissional. Em geral, há duas formas de se compreender essa dicotomia: uma corresponde a questão da oferta não articulada entre a modalidade profissional e o nível do Ensino Médio; e outra relacionada a primeira diz respeito a destinação de classe, sendo que, historicamente, a educação profissional fora oferecida predominantemente as camadas mais desfavorecidas economicamente. Quanto ao Ensino médio, fora privilégio das camadas médias e da elite, com a finalidade propedêutica, ou seja, de preparar para o ingresso no Ensino Superior. Essa dicotomia se encontra na base da reprodução das relações de produção, da sociedade classista e, inegavelmente, das desigualdades no interior da sociedade capitalista (MORAIS et al., 2021, p. 122).

A divisão social e técnica do trabalho, que separa o trabalho intelectual do trabalho manual, o trabalho simples do trabalho complexo, a cultura geral da cultura técnica é uma estratégia essencial do modo de produção capitalista que requer o sistema da educação classista, que forma pessoas mutiladas e unilaterais, das classes dirigentes e das classes exploradas. Devido às forças que estão em disputa, e que de certo modo controlam o interesse do capital, isso não acontece automaticamente, mas em uma relação que tenha o diálogo, o debate (MOURA; FILHO; SILVA, 2015).

Kuenzer (2017) ressalta que essa distinção que ocorreu no Brasil, se referiu à oferta de escolas para formar o profissional e escolas para inserção na educação superior. A população atendida tinha diferentes origens de classe, nitidamente isso expressava a dualidade mais presente no nível médio, em seu caráter propedêutico reservado para quem financeiramente pudesse cursar o nível superior. Assim, a ciência, a tecnologia, as funções operacionais, técnicas e de gestão foram delimitadas de modo preciso, conforme o modelo taylorista/fordista de organizar o trabalho, promovendo trajetórias educativas diferentes para atender as necessidades de disciplinamento da classe trabalhadora e da classe dirigente.

O encolhimento desse modelo taylorismo/fordismo reduziu a demanda de trabalhadores industrial, tradicional, manual, estável e especializado. Devido a reestruturação produtiva do capital novas formas mais irregulares de trabalho surgiram, diminuído a quantidade de trabalhadores que tinham empregos formais (ANTUNES; ALVES, 2004).

Assim, há uma crescente expansão de muitas formas de trabalho precarizado que tem como característica o novo proletariado fabril e de serviços, que são: os subcontratados, terceirizados, part-time, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário e outras formas parecidas (ANTUNES; ALVES, 2004).

Conforme Kuenzer (2007), ao longo de décadas houve muitas mudanças no mundo do trabalho. Mediada pela microeletrônica, a base flexível substituiu a base rígida e surge um novo discurso quanto a dualidade, que visa sua superação. É a partir da indicação de sinais de esgotamento do fordismo e do keynesianismo, na redução das contradições particulares do capitalismo, decorrente do rígido investimento no mercado, nos contratos trabalhistas, no posicionamento dos sindicatos, nas relações estabelecidas entre Estado, capital e trabalho, expostas nas políticas públicas, no modo como é organizado e administrado o processo de trabalho é que esse discurso é justificado.

Diante desse contexto, onde a lógica é a distribuição diferenciada e desigual da educação, a aprendizagem flexível se manifesta como uma das manifestações do projeto pedagógico [...] o regime de acumulação flexível reconhece a relevância de ampliar a escolaridade em nível básico e superior, além da importância de capacitar esses profissionais continuamente a fim de atender as novas solicitações do mercado de trabalho. Ao trabalhador é exigido a capacidade de atuar intelectualmente, nessa nova sociedade fundamentada na microeletrônica (KUENZER, 2016).

Há qualificação dos trabalhadores de forma desigual e distintas, uma vez que também existe combinação de trabalhos desiguais e diferenciados no sistema produtivo, visando atender a flexibilização da aprendizagem, possibilitando a contratação de trabalhadores com educação geral, podendo aprender novos procedimentos e não por meio da qualificação [...] A adaptabilidade é mais importante do que a qualificação (KUENZER, 2020).

O sistema capitalista ajusta o meio para que a educação ofertada à população trabalhadora seja coerente internamente aos três níveis de governo, e o pêndulo inclina-se para o tipo de formação que seja do interesse do capital (MOURA; FILHO; SILVA, 2015).

Porém, segundo Saviani (2003), a classe trabalhadora não pode ser desapropriada de forma completa dos seus conhecimentos, pois sem conhecimento não produz e não pode trabalhar, não havendo como acrescentar valor ao capital. Assim, através do desenvolvimento de ferramentas o capital procura tirar o conhecimento do trabalhador, sistematizando e criando esses saberes, devolvendo-os parceladamente.

Kuenzer (2007) enfatiza que a educação geral objetiva acessar aos conhecimentos essenciais e básicos para que o indivíduo seja integrado à vida social e produtiva em uma instituição com características científicas e tecnológicas, uma das bases que sustenta o capitalismo no sentido de sujeição do produtor/consumidor; sendo assim, a burguesia tanto disponibiliza, quanto a justifica para os que vivem do trabalho.

Dessa maneira, formar os sujeitos para atender às demandas do mercado não pode ser confundida com a formação com base no trabalho como princípio educativo (SAVIANI, 2007).

Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura significa entender o trabalho como princípio educativo, o que não significa “aprender fazendo”, nem é

sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, se apropria dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social (RAMOS, 2014, p. 90).

Ao debater sobre o trabalho, a educação e a relação entre eles, faz-se necessário uma reflexão a respeito do propósito que a sociedade almeja alcançar com a educação, tendo como objetivo construir uma sociedade mais igualitária, que possibilite às pessoas de todas as classes sociais criar condições essenciais para se emanciparem. É preciso realizar reflexões contínuas sobre a importância dessa relação entre trabalho e educação (SANTOS; NASCIMENTO, 2022).

Conforme, Moura (2010), um dos princípios que fundamentam o Ensino Médio Integrado e a politécnica, o trabalho enquanto princípio educativo, permite compreender o sentido social, político, econômico, histórico e cultural das ciências e das artes, ocasionando refletir o trabalho no seu sentido histórico e ontológico. Nesta dimensão, conceituar o trabalho como princípio educativo é entendê-lo como essencial na relação entre o homem e a natureza, assim, na produção da existência do ser humano, ele é fundamental.

A expansão da rede federal vem se destacando. São reconhecidas como instituições de qualidade nos locais mais periféricos do país e nas capitais. Isso amplia a possibilidade de muitos indivíduos acessarem uma educação de qualidade, uma vez que, nos dias atuais, é pequena a quantidade de escolas estaduais que tenham as mínimas condições para assegurar esse direito às pessoas, mesmo sendo essa uma responsabilidade do Estado. Por outro lado, o governo evidenciou um novo modelo para a rede federal e criou os Institutos Federais (MOURA; FILHO; SILVA, 2015).

Segundo Abreu (2017), a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se deu de forma acelerada e orientada sobretudo para o interior do país. Tendo como característica uma política de compensação, que apontou para a inclusão social de segmentos da sociedade que antes eram excluídos da educação formal. Não podemos desconsiderar o fato de que a Educação Profissional desde o seu surgimento foi voltada para a formação de trabalhadores, separando radicalmente o trabalho intelectual do trabalho manual, herança dos processos de reforma da Educação no Brasil.

Todavia, a educação profissional não se limita a uma preparação para o mercado de trabalho, mas é promover e compreender o sistema socioproductivo e suas relações estabelecidas na sociedade atual, a partir das conquistas e obstáculos, bem como, capacitar os cidadãos para exercer de forma crítica e com autonomia suas profissões, sem delas se esvaziarem (RAMOS, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento dessa pesquisa revelou que a Educação Profissional e Tecnológica é marcada por dualidades. Os processos sociais, econômicos, políticos e culturais que permeiam a sociedade influenciaram e continuam influenciando a forma como são implementadas as políticas educacionais e trabalhistas no Brasil e no mundo.

A pesquisa também demonstrou que há um movimento pendular e contraditório que tem interferido sistematicamente na consolidação de uma educação profissional emancipadora e institucionalizada no país, vários instrumentos legais foram criados e revogados. Diversas legislações, que por algum tempo fortaleceram as Políticas de Educação Tecnológica direcionadas para os jovens, foram, em seguida, alvo de retrocessos, dificultando até mesmo o acesso, de muitos, ao direito a essa modalidade de educação.

Outro ponto ressaltado na pesquisa foi o da divisão social e técnica do trabalho e os efeitos da reestruturação produtiva que separou, ainda mais radicalmente, o trabalho intelectual do trabalho manual e com a substituição do modelo taylorismo/fordismo, reduziu a demanda por um perfil de trabalhadores industriais, tradicionalmente, manuais, porém, cujas relações de trabalho eram medianamente estáveis e modificou o sentido do que seja o trabalho especializado, além de alterar os processos produtivos e substituir o emprego pela empregabilidade, conceito vago e moralmente perverso, que fez aumentar a presença dos trabalhos precarizados, desregulamentados e flexíveis como fração significativa da força de trabalho e afetou os processos de formação educacional da juventude.

O estudo identificou que as relações estabelecidas entre trabalho, educação profissional e tecnológica nesse contexto flexibilizado ocorreram de formas diversas, a depender do interesse de cada classe social afetada; relatou brevemente alguns conceitos que permeiam a educação profissional e tecnológica; identificou alguns dos processos que precarizam o trabalho e a educação

profissional, dentre eles, as formas flexíveis de contratação, a informalidade e a desproteção legislativa; bem como, apontou algumas ações que visam a construção de um olhar crítico e emancipatório dos sujeitos, como: acessar uma educação de qualidade, a partir dos Institutos Federais, e compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, entendendo o trabalho como princípio educativo.

O caminho para se alcançar uma educação omnilateral é árduo. As transformações no mundo são constantes e ainda há aqueles que preferem direcionar as políticas educacionais para atender a lógica efêmera do mercado, que expressa uma dualidade e um adestramento, próprios e que se subordinam à pedagogia das competências, que prioriza a natureza instrumental da educação e a solução de problemas corriqueiros em detrimento de uma educação profissional e tecnológica de qualidade.

Porém, mesmo diante de um cenário aparentemente desfavorável é possível acreditar que as possibilidades de mudanças estão dadas, pois a luta por uma educação emancipatória não se nutre apenas de fenômenos conjunturais, mas se adapta e se ajusta aos movimentos estruturais que transformam a sociedade capitalista. Essa luta pressiona à esfera da política pública a assumir compromissos com uma política educacional de longo prazo, associada ao desenvolvimento econômico socialmente referenciado e ambientalmente sustentável como única via possível para romper com a cultura de educação voltada exclusivamente para o “mercado de trabalho atual”, direcionando-a para um modelo que capacite e emancipe os sujeitos, permitindo com que tenham outras possibilidades de socialmente construir seus destinos e uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

ABREU, Edna Maria Coimbra de. **O Serviço Social na Educação profissional e tecnológica**: as particularidades do exercício profissional dos/as Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação. 2017. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Política Públicas, Maranhão, 2017. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/1795/2/Edna%20Maria.pdf>. Acesso em: 5. maio. 2023.

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: Acesso em: 01 set. 2020.

Disponível em: <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>. Acesso em: 29. ago.

2023.

ANTUNES, R; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfqSWqgGPp/?format=pdf>. Acesso em: 11. abr. 2023.

ARAÚJO, R. M. L. de. Práticas Pedagógicas e Ensino Integrado. 1. Ed. Curitiba: IFPR-EAD, **Coleção Formação Pedagógica** Volume VII, 2014. Disponível em: https://virtual.ifro.edu.br/portovelhocalama/pluginfile.php/216204/mod_resource/content/1/Ronaldo%20Araujo%20Pr%C3%A1ticas-pedag%C3%B3gicas-e-ensino-integrado.pdf. Acesso em: 5. abr. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação, (2007). Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. **Documento Base**. Brasília, MEC/SEF.

_____. Lei nº11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 02 de maio de 2023.

FRIGOTTO, G. A relação da Educação Profissional e Tecnológica com a universalização da educação básica. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out.2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ghLjPSTXFj-W7nWBsnDKhMb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15. abr. 2023.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Trabalho, Educação e Saúde**, 1(1):45-60, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100005>. Acesso em: 8. abr.2023.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, nº. 100

- Especial, p.1153-1178, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sB3XN4nBLFPRrhZ5QNx4fRr/>. Acesso em: 10. abr. 2023.

_____. Trabalho e Escola: **a aprendizagem flexibilizada**. In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED, Educação, movimentos sociais e políticas governamentais, 2016, [Curitiba, PR].

_____. Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do Ensino Médio Flexível. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25(1):57-66, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/WDrjPv8s6s9X5Y63PWG3VgJ/?lang=pt>. Acesso em: 18. abr. 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. RAMOS, Marise Nogueira. **História e Política da Educação profissional**. Coleção formação pedagógica, Catalogação na fonte: Taís Helena Akatsu – CRB-9/1781, v. 5. 1. Ed. Curitiba, 2014. ISBN 978-85-8299-031-5. Disponível em: <file:///C:/Users/domar/Desktop/MESTRADO/LIVRO%20MARISE%20NOGUEIRA%20Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 4. abr. 2023.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O Serviço Social no âmbito da política educacional: **dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético-Político**. In: SILVA, Marcela Mary José da. Serviço Social na Educação: Teoria e Prática. Campinas/SP: Papel Social, p. 33-54, 2012.

MÉSZÁROS, István. A Educação para Além do Capital, In: MÉSZÁROS, István, **Preparação PROFEPT 2020**, nova edição ampliada. Porto Alegre, 2004. p. 2-81. Disponível em: [file:///C:/Users/domar/Desktop/MESTRADO%20PROFEPT-BORA%20APRENDER/EDUCA%C3%87AO%20PARA%20ALEM%20DO%20CAPITAL/EDUCA%C3%87%C3%83O%20PARA%20AL%3%89M%20DO%20CAPITAL%20\(VERS%C3%83O%20PARA%20ESTUDO\).pdf](file:///C:/Users/domar/Desktop/MESTRADO%20PROFEPT-BORA%20APRENDER/EDUCA%C3%87AO%20PARA%20ALEM%20DO%20CAPITAL/EDUCA%C3%87%C3%83O%20PARA%20AL%3%89M%20DO%20CAPITAL%20(VERS%C3%83O%20PARA%20ESTUDO).pdf). Acesso em: 12. abr. 2023.

MORAIS de, R. et al. A Formação Integral no Ensino Médio (des)integrado no Brasil: a indissociável relação entre trabalho e educação. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 30, n.1, p. 117-129, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/26901>. Acesso em: 9. maio. 2023.

MOURA, D. H.; FILHO, D. L. L.; SILVA, M. R. Politecnicia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20 n. 63 out-dez. 2015.

_____. MOURA, D. H. A relação entre a Educação Profissional e a Educação Básica na CONAE 2010: possibilidades e limites para a construção do novo Plano Nacional de Educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 875-894, jul.- set. 2010.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnicia. **Trabalho, Educação e Saúde**, 1(1):131- 152, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/zLgxprrzCX5GYt-gFpr7VbhG/>. Acesso em: 16. abr. 2023.

_____. Trabalho e educação: **fundamentos ontológicos e históricos**. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA E EDUCAÇÃO (ANPED), 29, sessão especial do Grupo de Trabalho e Educação, 2006, [Caxambu, MG].

IV Seminário de Alinhamento Conceitual do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em rede nacional (ProfEPT), 2018, Goiânia, GO. **Formação No e Para o Trabalho**. Goiânia, GO. Nov. 2018.

VI Congresso Nacional de Educação, 2022, Campina Grande. **Anais**. [...]. Ensino médio integrado: concepções e princípios. Campina Grande. jan. 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/82435>. Acesso em: 18. abr. 2023.

XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social, 2018, Vitória, ES. Anais. [...]. Vitória, ES. O trabalho dos Assistentes Sociais na Educação Profissional e Tecnológica: **as ações desenvolvidas no cotidiano institucional**. Vitória, ES. Dez.2018.